



SUPERLOTAÇÃO E MAUS-TRATOS: Relatório afirma que os presos continuam em “condições cruéis, desumanas e degradantes”

Anistia Internacional critica violência no Brasil

Relatório anual aponta violações de direitos humanos cada vez mais frequentes

MADRI – As boas intenções do governo brasileiro não solucionaram grandes problemas do país, como as execuções sumárias pela polícia, a aglomeração e os maus-tratos nas prisões e a violência contra indígenas, afirma a Anistia Internacional (AI).

Em seu Relatório Anual 2004, que avalia o ano anterior, apresentado em Madri, a orga-

nização humanitária internacional menciona a “nova política nacional de segurança pública” proposta pelo governo federal, com normas para o trabalho policial e a defesa dos direitos humanos. A Anistia lembra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2003, com promessas de investimento na área social. As pressões econô-

micas teriam levado Lula a adotar política fiscal que limita despesas nessa área.

No âmbito internacional, o governo Lula “pronunciou-se claramente em favor do multilateralismo, do Estado de direito e dos direitos humanos internacionais”, e negou-se a assinar um acordo de impunidade com os Estados Unidos sobre a Corte Penal Internacional.

Mesmo assim, a Anistia denuncia: Em 2003, houve no Brasil “violações de direitos humanos cada vez mais frequentes”, e “milhares de pessoas” morreram em confrontos com a polícia, frequentemente em situações classificadas pelas autoridades policiais como “resistência seguida de morte”, quase sempre sem investigação profunda. A AI afirma ainda que, “na maioria dos 26 Estados, operavam esquadrões da morte envolvidos em operações de limpeza social”.

Segundo números oficiais usados no Relatório 2004, a po-

lícia matou muitas pessoas devido a um “endurecimento da atuação policial”. A Anistia mencionou documentos de outras organizações defensoras dos direitos humanos, segundo as quais muitas dessas mortes ocorreram com “uso excessivo da força ou em execuções extrajudiciais”.

Foram citados alguns casos, como o de quatro jovens “executados sumariamente” na Favela do Borel, no Rio, em 16 de abril de 2003, mesmo dia em que um policial militar de Guarulhos reconheceu ter participado da morte de 115 pessoas.

Segundo a AI, a tortura continua sendo prática “sistemática e generalizada” em prisões e delegacias. A organização lembra o caso do empresário chinês Chan Kim Chang, torturado até a morte em agosto, no presídio Ary Franco, no Rio.

O relatório afirma que os presos continuam em “condições cruéis, desumanas e degradantes”, e que o sistema penitenciário brasileiro tinha cerca de 285 mil internos em instalações para 180 mil. Na delegacia da Divisão de Roubos e Furtos de Belo Horizonte, havia 530 detentos em um conjunto de celas com capacidade para 67 pessoas.

A Anistia acrescenta que os defensores dos direitos humanos, apontados por alguns dirigentes regionais e veículos de comunicação como “defensores de bandidos”, tiveram que enfrentar ameaças de morte.

Também foi citada a violência contra índios. A AI calcula que, entre janeiro e outubro do ano passado, foram assassinados 23 dirigentes indígenas. Muitos índios foram “criminalizados” pela defesa de suas terras. A Anistia lembra que, segundo a Comissão Pastoral da Terra, só cinco pessoas estavam presas pelos 976 homicídios de ativistas camponeses cometidos entre 1985 e 1996.

Lula não teria cumprido metas por pressão econômica